



Dívida externa Economistas: renegociação, só com governo sério.

A unanimidade foi a marca dos debates de ontem na Semana do Economista, promovida pelo Conselho Regional de Economia. Todos de pleno acordo com a necessidade urgente de uma renegociação da dívida externa brasileira; todos certos de que essa renegociação só será conseguida por um governo sério, responsável e com amplo apoio popular; todos apoiando a candidatura de Tancredo Neves à Presidência da República, mesmo no Colégio Eleitoral.

— Não é mais possível continuarmos nos submetendo à lógica da negociação externa — afirmou o economista João Manoel Cardoso de Mello. Saldos crescentes para pagar e uma parcela de juros também crescente: isso é imposição dos banqueiros e do FMI.

João Manoel considerou "um grave equívoco" imaginar que o balanço de pagamentos brasileiro está mais ou menos ajustado. Para ele, o superávit é episódico e só será sustentável quando houver um completo reordenamento da economia mundial. E ele também considera que o próprio crescimento da economia norte-americana tem fôlego curto. Está convencido de que, em novembro ou dezembro, ele começará a desacelerar.

O economista não disse como fazer para renegociar a nossa dívida, mas observou que pelo menos alguns "princípios claros" têm de ser estabelecidos: "Só podemos pagar de acordo com a nossa capacidade, e não podemos sacrificar o crescimento da economia nacional". Quanto à fórmula para a renegociação, João Manoel disse que "vai depender muito das condições do momento", mas lembrou que ela deve ser feita "sem bravatas, mostrando, no entanto, que sabemos para onde vamos e que temos um programa de salvamento do País. Naturalmente isso depende da credibilidade do governo".

Adroaldo Moura da Silva discordou de João Manoel em relação ao crescimento da economia norte-americana: ele não crê que ela vá desacelerar no ano que vem. Pode no máximo haver uma redução, mas dificilmente uma recessão. O economista também está convencido da necessidade de renegociação da dívida externa brasileira, mas não é muito otimista quanto à possibilidade da sua efetivação.

Bem mais otimista foi o empresário Abilio Diniz. Ele praticamente repetiu a fórmula que apresentou na ESG (Escola Superior de Guerra), quando propôs um crescimento para o País de 7% ao ano e um prazo de carência de 6 ou 7 anos para pagamento da dívida. A questão da credibilidade do governo para renegociar a dívida também foi levantada por Diniz, que lembrou a dificuldade existente atualmente para a negociação da fase três do acordo com o FMI, justamente porque estamos em fim de governo. Os credores, segundo ele, estão aguardando definições, e, em vista disso, ele sugeriu a antecipação do Colégio Eleitoral "independentemente de interesses políticos, mas no interesse social e econômico do País, porque com essa definição, não é só a negociação que fica parada, mas também o País, e não podemos nos dar a esse luxo".

Para o sociólogo Hélio Jaguaripe "o caminho do apelo à racionalidade internacional está esgotado" desde que o documento de Cartagena, segundo sua opinião, obteve uma resposta decepcionante. A alternativa é "passar ao plano do enérgico fortalecimento da capacidade de apresentar nossas exigências". E, para isso, três condições se fazem necessárias: a credibilidade do futuro governo; a disponibilidade de alguma liquidez internacional; e a constituição de "um polígono estratégico de resistência e assistência recíproca entre alguns países da América Latina que tenham interesses e necessidades semelhantes, como Brasil, Argentina, México, Colômbia e Venezuela".

Os bancos internacionais, falidos?

Muitos dos grandes bancos dos EUA estão em situação de bancarrota mais ou menos camuflada. Essa afirmação é do banqueiro alemão Johann Phillip Von Bethmann, segundo quem "os esforços para impedir a quebra são simples tentativas, como é o caso do refinanciamento da dívida latino-americana". De acordo com ele, "no mundo há demasiadas dívidas contraídas em dólar e praticamente irrecuperáveis, mas perdoá-las seria provocar um autêntico crack, o que levaria a uma reação em cadeia de falências de bancos e empresas em todo o mundo". Bethmann também tem dúvidas sobre a permanência da recuperação dos EUA.